



Prova objetiva, discursiva e de redação – Nível Superior

# ANALISTA JUDICIÁRIO - ESPECIALIDADE - CONTADOR

Tipo 1 – BRANCA



## SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas, uma questão discursiva e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos destinado à resposta da questão discursiva e à redação



## TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a elaboração do texto definitivo da resposta da questão discursiva e da redação
- **2 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova



## NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



## INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas



## Conhecimentos Básicos

### Texto 1 – Facebook

Vimos que o Vale do Silício é um tecnopolo importante, com indústria avançada, de ponta, em que são feitos altos investimentos. Mas, às vezes, uma simples ideia pode valer mais do que muita tecnologia. É o caso da maior rede social do mundo, o *Facebook*.

Segundo o seu criador Mark Zuckerberg, em seu segundo ano da Universidade de Harvard (2004), ele e seus amigos tinham muito a compartilhar: suas fotos, o que estudavam, de que gostavam, entre tantas outras coisas que os amigos curtem. Pensando nisso, Mark elaborou – em duas semanas e com apenas 19 anos de idade – a primeira versão do que se tornaria essa famosa rede social.

Mas há quem diga que a história inicial não foi tão sublime, mas que tudo começou como uma brincadeira: Mark teria colocado as fotos das garotas da Universidade na internet, à revelia, para que os colegas escolhessem qual a mais bonita. Outro detalhe não menos importante seria que o desenvolvimento do *Facebook* contou com a colaboração de mais colegas, entre eles o brasileiro Eduardo Saverin, reconhecido como o co-fundador do site.

De qualquer forma, e intrigas à parte, inovação e agilidade transformaram esse pequeno projeto/brincadeira em uma empresa extremamente lucrativa, com mais de 500 milhões de usuários, faturamento bilionário e um valor de 50 bilhões de dólares, estimado pelo Banco Sachs em janeiro de 2011, maior do que o da Time Warner. (Paulo Roberto Moraes, *Urbanização e Metropolização*, São Paulo, 2011)

### 1

O objetivo mais importante do texto 1, segundo o que se pode apreender de sua estrutura, é:

- (A) demonstrar a capacidade tecnológica da juventude moderna;
- (B) mostrar o valor da criatividade num mundo tecnológico;
- (C) indicar um novo caminho para o desenvolvimento da Informática;
- (D) criticar o aprisionamento intelectual causado pela tecnologia;
- (E) comprovar que a sociedade americana se fundamenta na meritocracia.

### 2

“Vimos que o Vale do Silício é um tecnopolo importante, com indústria avançada, de ponta, em que são feitos altos investimentos”.

O comentário adequado sobre os componentes desse período inicial do texto 1 é:

- (A) a forma verbal “vimos” mostra que se trata de um texto produzido anteriormente e que está sendo, agora, reproduzido;
- (B) a falta de informações sobre o Vale do Silício, que aparece sem aposto explicativo, mostra que o autor do texto o considera de amplo conhecimento público;
- (C) os elementos identificadores que caracterizam o Vale do Silício se localizam no terreno da paisagem física;
- (D) com exceção de “altos investimentos”, as características do Vale do Silício exemplificam aspectos positivos;
- (E) as marcas econômicas caracterizadoras do Vale do Silício se opõem semanticamente ao termo “tecnopolo”.

### 3

Em muitas passagens do texto 1, alguns termos são explicitados na progressão textual. Entre os termos sublinhados abaixo, aquele que NÃO recebe explicitação alguma é:

- (A) “Vimos que o Vale do Silício é um tecnopolo importante, com indústria avançada, de ponta, em que são feitos altos investimentos”;
- (B) “... ele e seus amigos tinham muito a compartilhar: suas fotos, o que estudavam, de que gostavam, entre tantas outras coisas que os amigos curtem”;
- (C) “... o desenvolvimento do *Facebook* contou com a colaboração de mais colegas, entre eles o brasileiro Eduardo Saverin”;
- (D) “...uma empresa extremamente lucrativa, com mais de 500 milhões de usuários, faturamento bilionário e um valor de 50 bilhões de dólares”;
- (E) “... mas que tudo começou como uma brincadeira: Mark teria colocado as fotos das garotas da Universidade na internet, à revelia, para que os colegas escolhessem qual a mais bonita”.

### 4

O significado do termo destacado que está corretamente indicado é:

- (A) “Vimos que o Vale do Silício é um tecnopolo importante, com indústria avançada, de ponta...” / apontada como a melhor;
- (B) “Mark teria colocado as fotos das garotas da Universidade na internet, à revelia...” / revelando partes do corpo;
- (C) “a primeira versão do que se tornaria essa famosa rede social” / empresa de Informática;
- (D) “a primeira versão do que se tornaria essa famosa rede social”. / primeira etapa de uma produção;
- (E) “estimado pelo Banco Sachs em janeiro de 2011” / avaliado.

### 5

“... ele e seus amigos tinham muito a compartilhar: suas fotos, o que estudavam, de que gostavam, entre tantas outras coisas que os amigos curtem”.

Da forma como está redigido, a expressão “de que gostavam” se refere a(ao):

- (A) tudo o que antes foi referido;
- (B) ato de estudar;
- (C) todas as coisas que apreciavam;
- (D) fotos aludidas anteriormente;
- (E) lazer da época estudantil.

### 6

Na frase “...em que são feitos altos investimentos”, a forma verbal na voz passiva permite a:

- (A) omissão do agente da ação;
- (B) falta de indicações temporais;
- (C) localização dos fatos no presente;
- (D) indicação clara do término da ação;
- (E) informação sobre o local da ação.

**7**

O par de palavras do texto 1 em que a troca de posição entre substantivo e adjetivo gera possível mudança de sentido é:

- (A) altos investimentos;
- (B) indústria avançada;
- (C) tecnopolo importante;
- (D) simples ideia;
- (E) famosa rede.

**8**

O texto 1 se utiliza de uma série de recursos gráficos na produção de seu sentido. A explicação inadequada para o recurso gráfico empregado é:

- (A) *Facebook* em itálico / indicar um estrangeirismo;
- (B) os parênteses em (2004) / acrescentar uma informação;
- (C) os travessões no 2º parágrafo / destacar dado de impacto;
- (D) barra inclinada em projeto/brincadeira / mostrar mudança de estado;
- (E) emprego de iniciais maiúsculas em *Facebook* / marcar um nome próprio.

**9**

Observe as seguintes frases do texto 1: “ele e seus amigos tinham muito a compartilhar: suas fotos, o que estudavam, de que gostavam, entre tantas outras coisas que os amigos curtem” e “tudo começou como uma brincadeira: Mark teria colocado as fotos das garotas da Universidade na internet, à revelia, para que os colegas escolhessem qual a mais bonita”.

Sobre o emprego dos dois pontos (:) nesses segmentos, é correto afirmar que:

- (A) nos dois casos há explicitação de termos anteriores;
- (B) nos dois casos, os dois pontos precedem uma enumeração;
- (C) apenas no segundo caso há uma enumeração;
- (D) apenas no primeiro caso há uma explicitação;
- (E) nos dois casos essa pontuação poderia ser substituída por vírgulas.

**10**

O segmento do terceiro parágrafo do texto 1 que mostra um problema de incoerência é:

- (A) “Mas há quem diga que a história inicial não foi tão sublime...”;
- (B) “Mark teria colocado as fotos das garotas da Universidade na internet, à revelia...”;
- (C) “Outro detalhe não menos importante seria que o desenvolvimento do *Facebook* contou com a colaboração de mais colegas”;
- (D) “entre eles o brasileiro Eduardo Saverin, reconhecido como o co-fundador do site”;
- (E) “mas que tudo começou como uma brincadeira”.

**11**

“Segundo o seu criador Mark Zuckerberg, em seu segundo ano da Universidade de Harvard (2004) ele e seus amigos tinham muito a compartilhar: suas fotos, o que estudavam, de que gostavam, entre tantas outras coisas que os amigos curtem. Pensando nisso, Mark elaborou – em duas semanas e com apenas 19 anos de idade – a primeira versão do que se tornaria essa famosa rede social”.

O termo sublinhado que NÃO apresenta antecedente no texto é:

- (A) seu;
- (B) ele;
- (C) o;
- (D) que;
- (E) essa.

**12**

“... a primeira versão do que se tornaria essa famosa rede social”.

A forma verbal “tornaria” foi empregada com o seguinte valor:

- (A) marcar um fato futuro, mas próximo;
- (B) transportarmo-nos a uma época passada e descrevermos o que seria ação futura;
- (C) designar fatos passados concebidos como contínuos ou permanentes;
- (D) indicar ações posteriores à época em que se fala;
- (E) exprimir a incerteza sobre fatos passados.

**13**

“De qualquer forma, e intrigas à parte, inovação e agilidade transformaram esse pequeno projeto/brincadeira”.

A expressão “De qualquer forma” indica:

- (A) resumo de elementos anteriores;
- (B) retificação de erros cometidos;
- (C) modificação de informações prestadas;
- (D) tentativa de simplificação;
- (E) desprezo de argumentos contrários.

**14**

Observe o seguinte segmento do texto 1: “Pensando nisso, Mark elaborou – em duas semanas e com apenas 19 anos de idade – a primeira versão do que se tornaria essa famosa rede social”. Sobre as duas formas do demonstrativo *esse/essa/esses/essas/isso* empregadas, é correto afirmar que:

- (A) referem-se a termos anteriores, com certo distanciamento de tempo;
- (B) prendem-se a elementos mais próximos dentro do contexto;
- (C) ligam-se a fatos que ainda vão ser esclarecidos na progressão textual;
- (D) substituem termos anteriores, construindo coesão entre segmentos;
- (E) indicam proximidade dos elementos referidos em relação ao leitor.

**15**

“Mas, às vezes, uma simples ideia pode valer mais do que muita tecnologia”.

O emprego das vírgulas, nesse caso, se repete, pela mesma razão, em:

- (A) “Vimos que o Vale do Silício é um tecnopolo importante, com indústria avançada, de ponta,...”;
- (B) “Pensando nisso, Mark elaborou – em duas semanas e com apenas 19 anos de idade...”;
- (C) “... ele e seus amigos tinham muito a compartilhar: suas fotos, o que estudavam, de que gostavam, entre tantas outras coisas...”;
- (D) “Mark teria colocado as fotos das garotas da Universidade na internet, à revelia, para que os colegas escolhessem qual a mais bonita”;
- (E) “faturamento bilionário e um valor de 50 bilhões de dólares, estimado pelo Banco Sachs em janeiro de 2011, maior do que o da Time Warner”.

**16**

O segmento do texto 1 que NÃO expressa qualquer variação de grau de um adjetivo é:

- (A) “transformaram esse pequeno projeto/brincadeira em uma empresa extremamente lucrativa”;
- (B) “Mark teria colocado as fotos das garotas da Universidade na internet, à revelia, para que os colegas escolhessem qual a mais bonita”;
- (C) “Outro detalhe não menos importante seria que o desenvolvimento do Facebook contou...”;
- (D) “a história inicial não foi tão sublime, mas que tudo começou como uma brincadeira”;
- (E) “uma simples ideia pode valer mais do que muita tecnologia”.

**17**

A frase abaixo que apresenta uma relação de sentido com o termo “tecnopolo”:

- (A) A revolução tecnocientífica que marcou o século XX, em especial a segunda metade, trouxe consequências também na organização espacial das cidades.
- (B) A concentração da produção bélica em locais afastados obedeceria a preocupações com a segurança.
- (C) Nas últimas décadas tem ocorrido um fenômeno importante: algumas universidades investiram tempo e dinheiro no aprimoramento técnico de seus alunos.
- (D) A pesquisa e os institutos de tecnologia passaram a ser centros de interesse para a dinâmica capitalista em busca de produção mais barata.
- (E) Algumas novas cidades se desenvolvem com base numa solidariedade social até então desconhecida.

**18**

A expressão “intrigas à parte”, presente no último parágrafo do texto 1 informa que:

- (A) o Facebook despertou inveja nos concorrentes;
- (B) alguns fatos não foram citados no texto;
- (C) o autor do texto demonstra desconhecimento do tema;
- (D) o texto despreza temas pouco elegantes;
- (E) alguns técnicos não apóiam o Facebook.

**19**

A estruturação do texto 1 pode ser definida como:

- (A) didática, pois se dedica à organização de conhecimentos;
- (B) informativa, pois reúne fatos atuais;
- (C) publicitária, pois faz propaganda clara de um produto;
- (D) argumentativa, pois apresenta uma tese e argumentos;
- (E) narrativa, pois mostra uma sequência cronológica de ações.

**20**

As vozes presentes no texto 1 só NÃO incluem a voz:

- (A) do autor do texto;
- (B) do criador do Facebook;
- (C) de pessoas não nominalizadas;
- (D) do brasileiro Eduardo Savarin;
- (E) do Banco Goldman Sachs.

## Conhecimentos Específicos

**21**

A Cia. Alfa, que não é uma entidade de investimento e cujas ações são negociadas em bolsa de valores, é titular de direitos de sócio que lhe asseguram, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores da Beta S.A. Além disso, a Cia. Alfa também detém participações societárias na Gama S.A. e na Delta S.A. Porém, enquanto na Gama S.A. a Cia. Alfa participa nas decisões das políticas financeiras e operacionais, embora não a controle, na Delta S.A. a Cia. Alfa não tem qualquer tipo de ingerência. Em suas demonstrações financeiras, a Cia. Alfa deverá avaliar os investimentos:

- (A) na Beta S.A., na Gama S.A. e na Delta S.A. pelo método da equivalência patrimonial, e incluir seus ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa nas demonstrações consolidadas;
- (B) na Beta S.A. e na Gama S.A. pelo método da equivalência patrimonial, e incluir seus ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa nas demonstrações consolidadas;
- (C) na Beta S.A. e na Gama S.A. pelo método da equivalência patrimonial, e incluir os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da Beta S.A. nas demonstrações consolidadas;
- (D) na Beta S.A. e na Gama S.A. pelo método da equivalência patrimonial, e incluir os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da Gama S.A. nas demonstrações consolidadas;
- (E) na Gama S.A. e na Delta S.A. pelo método da equivalência patrimonial, e incluir os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa da Beta S.A. nas demonstrações consolidadas.

**22**

Em 31/11/20x2, a Industrial Épsilon S.A. possuía um estoque de 10.000 unidades de mercadorias, cujos custos de produção foram de R\$ 1.200.000. Durante dezembro de 20x2 a companhia produziu mais 5.000 unidades de mercadorias, a um custo total de R\$ 450.000. Após o encerramento dessa produção, a Industrial Épsilon S.A. vendeu 6.000 unidades de mercadorias à Companhia Comercial Digama, por R\$ 780.000, não tendo efetuado nenhuma outra venda de mercadorias no período. A Companhia Comercial Digama, por sua vez, que não possuía estoques de mercadorias antes dessa aquisição, ainda em dezembro de 20x2 vendeu 4.000 unidades a terceiros. Sabendo que a Industrial Épsilon S.A. avalia seus estoques pelo custo médio ponderado, e que a Companhia Comercial Digama é a única entidade incluída em suas demonstrações financeiras consolidadas, o saldo do estoque de mercadorias nessas demonstrações em 31/12/20x2 será de:

- (A) R\$ 990.000;
- (B) R\$ 1.170.000;
- (C) R\$ 1.190.000;
- (D) R\$ 1.210.000;
- (E) R\$ 1.250.000.

**23**

Na última reunião de diretoria da Zeta S.A., o diretor de recursos humanos questionou a política contábil adotada para reconhecer os gastos da companhia com o treinamento de seus funcionários. Ele argumentou que esses gastos representavam um investimento capaz de aumentar a produtividade da força de trabalho, gerando futuros benefícios econômicos, e que portanto deveriam ser reconhecidos como ativo e não como despesa. Dos argumentos utilizados pela diretora financeira para justificar a política contábil adotada pela companhia, encontra respaldo na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro o de que:

- (A) não é possível que a Zeta S.A. converta em caixa, mediante venda, o aumento de produtividade da força de trabalho;
- (B) não é possível estimar o período durante o qual o aumento de produtividade da força de trabalho gerará benefícios econômicos para a Zeta S.A.;
- (C) o aumento de produtividade da força de trabalho gerado pelos gastos da Zeta S.A. não tem forma física;
- (D) a Zeta S.A. não tem a propriedade legal do aumento de produtividade da força de trabalho;
- (E) a Zeta S.A. não tem controle sobre o desligamento dos funcionários e seu respectivo aumento de produtividade.

**24**

Em sua primeira semana como analista na Corretora XYZ, o senhor Fulano da Silva foi designado para analisar as demonstrações contábeis da Cia. Eta relativas aos anos de 20x1 e 20x2, que deram origem aos seguintes indicadores:

Indicador	20x1	20x2
Retorno sobre o patrimônio líquido	12,00%	11,375%
Retorno sobre o ativo	4,80%	4,375%
Margem líquida	4,00%	3,50%
Giro do ativo	1,20	1,25
Alavancagem	2,50	2,60
Liquidez corrente	1,40	1,30

Dentre as conclusões apresentadas pelo senhor Fulano da Silva em seu relatório sobre a Cia. Eta, é consistente com esses indicadores a de que:

- (A) o aumento do índice de endividamento da Cia. Eta em 20x2 mitigou os efeitos da redução de sua lucratividade na rentabilidade de seu capital próprio;
- (B) a diminuição das aplicações de recursos pela Cia. Eta em 20x2 foi acompanhada por uma redução proporcionalmente maior do seu montante de vendas;
- (C) a diminuição do montante de vendas da Cia. Eta em 20x2 foi acompanhada por uma redução proporcionalmente maior de suas despesas;
- (D) a diminuição das aplicações de recursos pela Cia. Eta em 20x2 foi acompanhada por um aumento na rentabilidade dessas aplicações;
- (E) o aumento do índice de endividamento da Cia. Eta em 20x2 foi acompanhado por uma redução proporcionalmente maior da sua dívida de curto prazo do que de suas aplicações de curto prazo.

**25**

Em 26/04/20x1, a direção da Lota S.A. contratou os serviços da Costa e Silva Consultores Associados, visando reestruturar o processo produtivo de uma de suas fábricas. Após dois meses de trabalho, os consultores apresentaram à direção da Lota S.A. o projeto de reestruturação, pelo qual receberam honorários de R\$ 2.000.000.

Ao concluir que a reestruturação proposta pelos consultores era tecnicamente viável, que implicaria uma substancial redução dos custos de produção da fábrica, e que demandaria recursos compatíveis com as possibilidades de investimento da companhia, cujos controles internos a permitiam mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis à execução do projeto, em 01/07/20x1 a direção da Lota S.A. decidiu implementá-lo.

Até 31/12/20x1, a companhia incorreu nos seguintes gastos com a implementação desse projeto:

Honorários aos consultores por serviços de acompanhamento da execução do projeto	R\$ 600.000
Materiais consumidos	R\$ 300.000
Benefícios aos empregados envolvidos diretamente na execução do projeto	R\$ 400.000
Treinamento dos operários para a adaptação ao novo processo produtivo	R\$ 100.000

Considerando todos os gastos incorridos desde 26/04/20x1, e que em 31/12/20x1 o valor recuperável do projeto é estimado em R\$ 1.350.000, nesta data a Lota S.A. terá reconhecido:

- (A) um ativo de R\$ 3.400.000;
- (B) despesas de R\$ 2.000.000 e um ativo de R\$ 1.400.000;
- (C) despesas de R\$ 2.050.000 e um ativo de R\$ 1.350.000;
- (D) despesas de R\$ 2.100.000 e um ativo de R\$ 1.300.000;
- (E) despesas de R\$ 2.600.000 e um ativo de R\$ 800.000.

**26**

A Cia. Capa é proprietária de uma frota de navios de carga que possuem vida útil de 30 anos. A recomendação técnica do estaleiro que produz esses navios é de que a cada 3 anos eles passem por uma inspeção geral, visando identificar eventuais falhas, para garantir sua operação adequada ao longo de toda sua vida útil. Os gastos com essas inspeções devem ser:

- (A) reconhecidos como despesa do período em que forem efetuados;
- (B) reconhecidos no valor contábil dos navios quando efetuados, como uma substituição;
- (C) estimados ao longo do período entre uma inspeção e outra, sendo apropriados ao custo dos navios em contrapartida a uma provisão;
- (D) estimados ao longo do período entre uma inspeção e outra, sendo apropriados ao resultado em contrapartida a uma provisão;
- (E) estimados por toda vida útil dos navios e adicionados a seus custos no reconhecimento inicial.

**27**

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) apresenta o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante o período. Da mesma maneira que na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), na DVA:

- (A) as receitas de venda de mercadorias, produtos e serviços não incluem os tributos incidentes sobre essas receitas;
- (B) os ganhos oriundos de baixas de imobilizado por alienação são considerados como receitas;
- (C) a construção de ativos para uso próprio é considerada como uma receita;
- (D) os gastos com pessoal próprio são incluídos no custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos;
- (E) os juros sobre recursos obtidos junto a terceiros incorridos no período incluem os valores que tenham sido capitalizados.

**28**

Os fluxos de caixa da Lambda S.A. durante o exercício de 20x1 foram os seguintes, em milhares de reais:

Fornecedores de matérias-primas	(90.000)
Emissão de ações	35.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	(30.000)
Benefícios a empregados	(10.000)
Imposto de renda e contribuição social	(6.000)
Juros pagos	(4.000)
Dividendos pagos	(1.000)
Aquisição de imobilizado	(20.000)
Dividendos recebidos	3.000
Vendas de mercadorias e prestação de serviços	120.000
Juros recebidos	2.000
Alienação de participações societárias	8.000

Em relação aos itens que o CPC 03 (R2): Demonstração dos Fluxos de Caixa permite classificações alternativas, se a Lambda S.A. optar por classificá-los da maneira encorajada pelo pronunciamento, seu fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais será de:

- (A) R\$ 9.000.000;
- (B) R\$ 12.000.000;
- (C) R\$ 15.000.000;
- (D) R\$ 16.000.000;
- (E) R\$ 19.000.000.

**29**

Em 31/12/20x1, as contas patrimoniais da Cia. Mi apresentavam os seguintes saldos, em milhares de reais:

Propriedades para investimento	25.000
Impostos diferidos passivos	30.000
Intangível	20.000
Imobilizado	75.000
Provisões	15.000
Contas a pagar	25.000
Reserva legal	20.000
Caixa e equivalentes de caixa	5.000
Empréstimos e financiamentos a pagar	10.000
Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial	50.000
Capital integralizado	130.000
Clientes e outros recebíveis	10.000
Estoques	20.000
Reserva estatutária	20.000
Ativo não circulante mantido para venda	25.000
Impostos diferidos ativos	20.000

Considerando que a Cia. Mi espera recuperar em até 12 meses os valores de seus recebíveis e de seus estoques, bem como liquidar em até 12 meses suas contas e empréstimos a pagar, e que prevê para além de 12 meses a liquidação das provisões que reconhece, em 31/12/20x1 os totais de seu ativo circulante e de seu passivo circulante serão, respectivamente, de:

- (A) R\$ 60.000.000 e R\$ 35.000.000;
- (B) R\$ 60.000.000 e R\$ 65.000.000;
- (C) R\$ 55.000.000 e R\$ 65.000.000;
- (D) R\$ 80.000.000 e R\$ 65.000.000;
- (E) R\$ 35.000.000 e R\$ 35.000.000.

**30**

Durante o exercício de 20x1, a Ni S.A. adquiriu instrumentos financeiros por R\$ 1.000.000 e os designou como ativos financeiros disponíveis para venda. Em 31/12/20x1 a Ni S.A. ajustou esses instrumentos financeiros ao seu valor justo na data, que era de R\$ 1.100.000, em contrapartida a seu patrimônio líquido. Sabendo que durante 20x2 a Ni S.A. alienou esses instrumentos financeiros por R\$ 1.090.000, e que o CPC 38: Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração determina que o ganho ou a perda cumulativo anteriormente reconhecido com outros resultados abrangentes deve ser reconhecido no resultado quando um ativo financeiro disponível para venda é desreconhecido, os efeitos desta alienação nas demonstrações financeiras da Ni S.A. relativas a 20x2, desconsiderando os tributos, serão:

- (A) nulos no resultado líquido do período e de uma perda de R\$ 100.000 no resultado abrangente do período;
- (B) nulos no resultado líquido do período e de uma perda de R\$ 10.000 no resultado abrangente do período;
- (C) uma perda de R\$ 10.000 no resultado líquido e no resultado abrangente do período;
- (D) um ganho de R\$ 90.000 no resultado líquido do período e uma perda de R\$ 100.000 no resultado abrangente do período;
- (E) um ganho de R\$ 90.000 no resultado líquido do período e uma perda de R\$ 10.000 no resultado abrangente do período.

**31**

O registro e controle de fatos para apuração de indicadores relativos à despesa com pessoal, operações de crédito e disponibilidade de caixa pelo sistema de contabilidade aplicada ao setor público estão relacionados ao aspecto:

- (A) de controle;
- (B) financeiro;
- (C) fiscal;
- (D) orçamentário;
- (E) patrimonial.



**32**

Relacione as colunas para adequada associação entre os princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público abordados na Resolução CFC nº 1.111/2007.

- |                                  |     |  |
|----------------------------------|-----|--|
| (1) Competência                  | ( ) | autonomia e responsabilização do patrimônio                  |
| (2) Continuidade                 | ( ) | consensos de mensuração com agentes internos ou externos     |
| (3) Entidade                     | ( ) | cumprimento da destinação social do patrimônio               |
| (4) Oportunidade                 | ( ) | informações íntegras e tempestivas                           |
| (5) Prudência                    | ( ) | possibilidades de novas mensurações                          |
| (6) Registro pelo valor original | ( ) | registro independente do cumprimento das formalidades legais |

A associação correta é:

- (A) 1 – 4 – 3 – 5 – 6 – 2;  
 (B) 2 – 5 – 3 – 1 – 6 – 4;  
 (C) 2 – 6 – 3 – 4 – 5 – 1;  
 (D) 3 – 5 – 2 – 4 – 6 – 1;  
 (E) 3 – 6 – 2 – 4 – 5 – 4.

**33**

Os bens do patrimônio cultural, assim definidos por sua significância histórica, cultural ou ambiental, podem ser exemplificados por monumentos, prédios históricos, sítios arqueológicos e áreas de conservação. Uma das características desses bens é que:

- (A) em decorrência do seu valor, em geral são mantidos para gerar renda;  
 (B) podem ser alienados, quando autorizado por lei;  
 (C) são depreciados quando têm vida útil ilimitada;  
 (D) são inventariados e registrados no patrimônio quando têm vida útil definida;  
 (E) sua contabilização no patrimônio é facultativa.

**34**

As variações patrimoniais são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado. Sua adequada contabilização é importante para evidenciar a composição do patrimônio público, conforme requerido pelo art. 85 da Lei nº 4.320/1964. A alternativa que apresenta, respectivamente, exemplos de variações qualitativas e quantitativas é:

- (A) aquisição de veículo e contratação de empréstimos;  
 (B) amortização de empréstimos e pagamento de juros;  
 (C) consumo de materiais em estoque e aquisição de máquinas;  
 (D) contratação de empréstimos e contratação de seguros de veículos;  
 (E) recebimento efetivo de doações e aquisição de materiais para estoque.

**35**

O reconhecimento de uma variação patrimonial aumentativa (VPA) de forma concomitante à ocorrência da arrecadação da receita orçamentária, considerando a natureza da informação patrimonial, tem o seguinte lançamento típico:

- (A) D 1.x.x.x.x.xx Caixa e Equivalentes de Caixa  
 C 6.x.x.x.x.xx Receita Realizada  
 (B) D 1.x.x.x.x.xx Créditos a Receber  
 C 3.x.x.x.x.xx Variação patrimonial aumentativa (VPA)  
 (C) D 2.x.x.x.x.xx Variação patrimonial aumentativa (VPA)  
 C 4.x.x.x.x.xx Receita Realizada  
 (D) D 1.x.x.x.x.xx Caixa e Equivalentes de Caixa  
 C 4.x.x.x.x.xx Variação patrimonial aumentativa (VPA)  
 (E) D 3.x.x.x.x.xx Variação patrimonial aumentativa (VPA)  
 C 1.x.x.x.x.xx Caixa e Equivalentes de Caixa

**36**

Os dados apresentados no quadro a seguir foram fornecidos pelo departamento de contabilidade de uma entidade da administração pública ao final de um determinado exercício.

<b>a) Material de consumo</b>	
Custo de aquisição	24.700,00
Valor realizável líquido	22.300,00
<b>b) Semoventes</b>	
Valor justo	12.100,00
Custos estimados de venda	1.500,00
<b>c) Material de distribuição gratuita</b>	
Custo de aquisição	7.400,00
Valor de reposição	6.900,00

De acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, o valor dos estoques a ser apresentado no balanço patrimonial da entidade relativo ao exercício é:

- (A) 39.800,00;  
 (B) 41.300,00;  
 (C) 42.200,00;  
 (D) 42.700,00;  
 (E) 44.200,00.

**37**

No início de 20X1, uma entidade da administração pública adquiriu uma participação em um consórcio público, com influência significativa na gestão do mesmo. Para essa aquisição, a entidade realizou um investimento de R\$ 1.860.000,00, que representa uma participação de 40% no capital social do consórcio público, que tem mais três entidades participantes. Após o primeiro ano de atividades do consórcio, foi apurado um resultado de R\$ 420.000,00. Considerando que não há lucros não realizados nas operações intercompanhias e nem outros componentes do patrimônio líquido do consórcio, o valor desse investimento na referida entidade a ser apresentado no balanço, ao final de 20X1, é de:

- (A) 2.280.000,00;
- (B) 2.028.000,00;
- (C) 1.860.000,00;
- (D) 1.692.000,00;
- (E) 1.440.000,00.

Quadro I: Informações relativas à execução orçamentária de um ente da federação durante o exercício de 20x9:

Dados da LOA:		Dados da Execução Orçamentária:	
Receita Corrente	240.000	Receita Corrente	254.400
Receita de Capital	60.000	Receita de Capital (Operação de crédito)	40.200
Despesa Corrente	210.000	Despesas correntes (Empenho)	205.800
Despesa de Capital	90.000	Despesa de Capital (Empenho):	
		- Aquisição de material permanente	58.500
		- Amortização de empréstimos	27.000
Informações adicionais:			
Restos a pagar pagos			3.760
Depósitos em garantia recebidos			2.500
Depósitos em garantia restituídos			2.100

Quadro II: Saldos do final do exercício de 20x8:

Caixa e equivalentes de caixa	8.200
Estoques	2.300
Imóveis	81.000
Veículos	37.000
Móveis e utensílios	14.100
Equipamentos e instalações	9.400
Restos a pagar	4.700
Depósitos em garantia a restituir	2.900
Dívida consolidada	89.400

**38**

Considerando exclusivamente as informações apresentadas nos quadros I e II, é correto afirmar que:

- (A) a regra de ouro da responsabilidade fiscal foi violada;
- (B) houve abertura de créditos adicionais para despesa de capital;
- (C) houve frustração de arrecadação superior a 10% da previsão;
- (D) o resultado orçamentário foi deficitário;
- (E) receitas correntes foram utilizadas para financiar despesas de capital.

**39**

A partir dos dados dos Quadros I e II, e sabendo-se que 5% das despesas correntes não foram pagas e que, das despesas de capital, a amortização de empréstimos foi integralmente paga no exercício, além de 70% do valor relativo à aquisição de material permanente, o valor das despesas que devem ser inscritas em restos a pagar é:

- (A) 27.840,00;
- (B) 17.550,00;
- (C) 14.565,00;
- (D) 10.290,00;
- (E) 8.460,00.

**40**

O saldo de caixa do ente da federação ao final do exercício de 20x9, apurado a partir das informações dos Quadros I e II, e considerando o valor inscrito em restos a pagar é:

- (A) 5.800,00;
- (B) 8.140,00;
- (C) 27.840,00;
- (D) 30.120,00;
- (E) 35.980,00.

**41**

Uma entidade deverá reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável dos seus ativos, caso:

- (A) apure um declínio na utilidade do ativo ou conjunto de ativos;
- (B) detenha algum ativo gerador de caixa ou que tenha cessado os benefícios econômicos;
- (C) o reconhecimento da depreciação não reflita o potencial de geração de serviços;
- (D) o valor contábil seja menor que o valor em uso;
- (E) o valor em uso supere o valor líquido de venda.

**42**

Uma entidade da administração pública, após a elaboração do balanço da execução da orçamentária de um determinado exercício, apurou uma economia orçamentária de 9%. Sabendo-se que o orçamento apresentou estimativa de R\$240 milhões, é correto afirmar que:

- (A) a despesa liquidada foi de R\$ 218,4 milhões;
- (B) a despesa empenhada foi menor do que a despesa fixada;
- (C) as receitas arrecadadas superaram as despesas executadas em R\$ 21,6 milhões;
- (D) houve excesso de arrecadação de R\$ 21,6 milhões;
- (E) não houve abertura de créditos adicionais no exercício.

**43**

Conforme preceitua a Lei nº 4.320/1964, os serviços de contabilidade serão organizados de forma a permitir o conhecimento da composição patrimonial. Um dos procedimentos necessários ao alcance deste objetivo é o registro adequado da depreciação de ativos. Acerca desse procedimento, é correto afirmar que:

- (A) a depreciação de cada período deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido da entidade;
- (B) a depreciação cessa quando o ativo se torna ocioso ou é retirado de uso;
- (C) a depreciação de um ativo não pode ser incluída no valor contábil de outro ativo;
- (D) o registro da depreciação está em consonância com o princípio da competência;
- (E) quando adotado um método de depreciação, este deve ser utilizado em todos os ativos da entidade.

**44**

A Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP trata da definição e requisitos de mensuração e reconhecimento de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Um dos elementos que caracteriza uma provisão é:

- (A) obrigação decorrente de apropriações por competência;
- (B) obrigação possível resultante de eventos passados;
- (C) obrigação presente, com provável saída de recursos;
- (D) obrigação que será confirmada pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos;
- (E) inexistência de incerteza sobre o prazo da obrigação.

**45**

Com o objetivo de possibilitar a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, com a adequada elaboração das demonstrações contábeis, o PCASP possui um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas na consolidação. Constituem operações que devem ser identificadas no nível de consolidação com o dígito 1, EXCETO transações:

- (A) entre uma entidade que pertence ao OFSS de um ente público e uma organização social;
- (B) entre uma entidade que pertence ao OFSS de um ente público e uma empresa estatal independente;
- (C) entre entidades que pertencem ao mesmo OFSS, quando não forem utilizados recursos do orçamento;
- (D) entre entidades que pertencem a OFSS de entes públicos distintos;
- (E) de registro e baixa de ativos, decorrentes de transferência de ativos entre entidades públicas.

**46**

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Acerca dessa demonstração, analise os itens a seguir:

I - A DFC pode ser elaborada pelo método direto ou indireto e deve evidenciar as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício.

II - A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício.

III - As transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

IV - O ente deverá divulgar os saldos significativos de caixa mantidos pelo ente, mas que não estejam disponíveis para uso imediato.

É correto somente o que se afirma em:

- (A) I e II;
- (B) II e III;
- (C) III e IV;
- (D) I, II e III;
- (E) II, III e IV.

**47**

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e o Relatório de Gestão Fiscal (RGF) são as duas principais fontes para acompanhamento e controle da execução orçamentária e da gestão fiscal dos entes da federação. Constitui informação disponível nos anexos do RGF:

- (A) apuração da receita corrente líquida;
- (B) apuração do resultado primário;
- (C) restos a pagar por poder e órgão;
- (D) disponibilidade de caixa;
- (E) receita de alienação de ativos e aplicação dos recursos.

**48**

O Tribunal de Justiça de um ente da Federação ultrapassou o limite máximo de despesa com pessoal, que era de R\$ 1.740.000,00. O limite foi ultrapassado em R\$ 210.000,00, no segundo quadrimestre de 2x12. De acordo com as disposições da LRF e Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), o órgão deverá eliminar:

- (A) pelo menos R\$ 70.000,00 até o final do primeiro quadrimestre de 2x13;
- (B) pelo menos R\$ 105.000,00 até o final do terceiro quadrimestre de 2x12;
- (C) todo o excesso até o final do primeiro quadrimestre de 2x13;
- (D) todo o excesso até o final do segundo quadrimestre de 2x13;
- (E) todo o excesso no quadrimestre seguinte ao descumprimento do limite.

**49**

Em um determinado município, após a aprovação da proposta orçamentária pela Câmara de Vereadores, a Lei Orçamentária Anual foi sancionada e publicada no Diário Oficial. Porém, por ocasião da execução de procedimentos de controle pelo tribunal de contas, os auditores constataram que a Lei Orçamentária publicada não era a mesma que fora aprovada pelos vereadores.

O princípio orçamentário explicitamente descumprido nesse caso foi:

- (A) exclusividade;
- (B) legalidade;
- (C) publicidade;
- (D) transparência;
- (E) unidade.

**50**

Os créditos adicionais são dispositivos previstos na lei para retificar orçamentos em decorrência de despesas não incluídas ou que não foram adequadamente estimadas. E, dependendo do tipo de despesa que visam incluir, apresentam diferentes características. Uma característica dos créditos adicionais especiais é que:

- (A) a autorização para sua abertura pode ser incluída na Lei Orçamentária;
- (B) dispensam indicação de fonte de recurso, quando autorizado por lei;
- (C) retificam dotações com erro de previsão;
- (D) são destinados à cobertura de despesas não previstas;
- (E) não podem ser prorrogados para além do exercício em que foram abertos.

**51**

Uma das fontes de recursos para abertura de créditos adicionais é o superávit financeiro, que, de acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964:

- (A) consiste na diferença positiva entre os ativo financeiro e o passivo financeiro, apurada no balanço financeiro;
- (B) deve excluir créditos extraordinários abertos para apuração do valor utilizável;
- (C) deve considerar as operações de crédito vinculadas a créditos adicionais reabertos na sua apuração;
- (D) decorre das diferenças apuradas mês a mês durante a execução da programação financeira de desembolso;
- (E) se não houver restos a pagar, corresponde ao valor das disponibilidades financeiras no balanço patrimonial.

**52**

As técnicas de auditoria constituem um conjunto de processos e ferramentas operacionais destinadas à obtenção de evidências, as quais devem ser suficientes, adequadas, relevantes e úteis para conclusão dos trabalhos. Quando um auditor necessita verificar se determinadas atividades e operações estão sendo executadas conforme os padrões preestabelecidos, uma técnica recomendada é o (a):

- (A) corte das operações;
- (B) indagação oral;
- (C) rastreamento;
- (D) revisão analítica;
- (E) teste flagrante.

**53**

Dentre as atividades de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização, previstas na Resolução nº 171/2013, a de fiscalização é considerada um técnica de controle que visa, entre outras coisas, comprovar se o objeto dos programas institucionais existe, corresponde às especificações estabelecidas, atende às necessidades para as quais foi definido e atende à legislação.

A Res. nº 171/2013 orienta que a unidade de controle interno poderá elaborar Plano Anual de Fiscalização e submeter à Presidência do Tribunal ou Conselho para a aprovação, em que serão consideradas as seguintes variáveis, EXCETO:

- (A) criticidade;
- (B) materialidade;
- (C) operacionalidade;
- (D) relevância;
- (E) risco;

## Legislação Específica

**54**

Em relação à composição do Tribunal de Justiça, a Constituição do Estado de Rondônia estabelece que:

- (A) a integralidade dos Desembargadores será oriunda dos Juízes de Direito de entrância especial, que serão promovidos, alternadamente, por antiguidade e merecimento, vedada a promoção daqueles que estejam respondendo a processo administrativo disciplinar;
- (B) a integralidade dos Desembargadores será oriunda dos Juízes de Direito de terceira entrância, que serão promovidos, alternadamente, por antiguidade e merecimento, vedada a promoção daqueles que tenham sido condenados, em decisão definitiva, em processo administrativo disciplinar nos últimos 5 anos;
- (C) os cargos de Desembargadores serão preenchidos, em igual proporção, por Juízes de Direito de terceira entrância, membros do Ministério Público e da Advocacia Pública de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de carreira, que serão promovidos, alternadamente, por antiguidade e merecimento;
- (D) um quinto de seus lugares será composto de membros do Ministério Público e da Defensoria Pública de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de carreira, indicados, em lista tríplice, pelos órgãos de representação das respectivas classes;
- (E) um quinto de seus lugares será composto de membros do Ministério Público e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de carreira ou de efetiva atividade profissional, respectivamente, indicados, em lista sêxtupla, pelos órgãos de representação das respectivas classes.

**55**

Marcela, servidora pública civil estável do Estado de Rondônia, é responsável legal e cuida diretamente de seu filho Joaquim, de 30 anos, que é portador de necessidade especial e, comprovadamente, necessita de sua assistência permanente, independentemente de estar sob tratamento terapêutico.

De acordo com o texto da Constituição Estadual que rege a matéria, Marcela:

- (A) terá redução de 50% (cinquenta por cento) de sua carga horária de trabalho, com redução proporcional de sua remuneração, enquanto permanecer a necessidade de assistência e a dependência econômica de seu filho;
- (B) terá redução de 50% (cinquenta por cento) de sua carga horária de trabalho, sem prejuízo de sua integral remuneração, enquanto permanecer a necessidade de assistência e a dependência econômica de seu filho;
- (C) não terá redução em sua carga horária de trabalho, em decorrência do princípio da isonomia, já que não é a própria servidora que é portadora de necessidade especial;
- (D) terá redução de 25% (vinte e cinco por cento) de sua carga horária de trabalho, sem prejuízo de sua integral remuneração, enquanto permanecer a necessidade de assistência e a dependência econômica de seu filho;
- (E) terá redução de 25% (vinte e cinco por cento) de sua carga horária de trabalho, com redução proporcional de sua remuneração, pelo período de até 1 (um) ano, prorrogável uma vez.

**56**

O Ministério Público Estadual, após receber peças de informação do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJ-RO) contendo indícios de ilícito penal, ofereceu denúncia em face de determinado Juiz de Direito titular de vara de primeira entrância, imputando-lhe a prática de crime comum. De acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia, o órgão competente para processar e julgar originariamente o caso em tela é:

- (A) o Superior Tribunal de Justiça;
- (B) o Tribunal Pleno do TJ-RO;
- (C) o Conselho da Magistratura do TJ-RO;
- (D) uma das Câmaras Criminais do TJ-RO;
- (E) uma das Varas Criminais de entrância especial do TJ-RO.

**57**

Consoante dispõe o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia, ao 1º Juizado da Infância e da Juventude da Comarca da Capital compete o processamento e o julgamento:

- (A) das ações de investigação de paternidade e das causas de interdição, tutela e quaisquer outras relativas ao Estado e capacidade das pessoas;
- (B) das causas de alimentos e das relativas à posse e guarda dos filhos menores, quer entre os pais, quer entre estes e terceiros, e das de suspensão, extinção ou perda do poder familiar;
- (C) das questões relativas à instituição e à extinção do bem de família e ao abrigo de menores, inclusive no aspecto correicional dos abrigos;
- (D) dos procedimentos de atos infracionais, execução das medidas socioeducativas e tudo que seja a elas inerente, inclusive no tocante ao aspecto correicional dos centros de internação;
- (E) das causas de extinção do poder familiar, de infrações administrativas, de abrigo de menores e dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.

**58**

Em matéria de movimentação de pessoal, de acordo com a Lei Complementar nº 68/1992, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Rondônia:

- (A) é vedada a movimentação *ex-officio* de servidor que esteja regularmente matriculado em Instituição de Ensino Superior de formação, aperfeiçoamento ou especialização profissional que guarde correspondência com as atribuições do respectivo cargo;
- (B) a cedência é o ato por meio do qual o servidor é transferido de uma unidade administrativa para outra dentro do mesmo órgão, por ato do titular do órgão, com ou sem alteração do domicílio ou residência, respeitada a existência de vagas no quadro lotacional;
- (C) é vedada a remoção, a pedido, para acompanhar o cônjuge que fixe residência em outra localidade, em virtude de deslocamento compulsório, devidamente comprovado, pois a hipótese seria de licença para trato de assuntos particulares;
- (D) a relocação é o ato por meio do qual o servidor é emprestado para outro Estado, Poder, Município, Órgão ou Entidade, e será sempre sem ônus para o órgão cedente, por Ato do Chefe do Poder Executivo, através de processo específico;
- (E) é vedada a remoção, a pedido, por motivo de tratamento de saúde do próprio servidor, do cônjuge ou dependente, ainda que fiquem comprovadas, em caráter definitivo pelo órgão médico oficial, as razões apresentadas pelo servidor, pois a hipótese seria de licença.

**59**

João, servidor público civil estável ocupante de cargo efetivo do Estado de Rondônia, pela segunda eleição consecutiva, deixou de atender convocação da Justiça Eleitoral para o serviço eleitoral. Levando em consideração a reincidência, de acordo com a Lei Complementar nº 68/1992, na esfera disciplinar, a conduta de João:

- (A) não é passível de punição, pois se trata de fato estranho ao exercício de sua função, incidindo tão somente as consequências legais previstas na legislação eleitoral;
- (B) é passível de punição, observadas as formalidades legais, em especial o contraditório e a ampla defesa, com a cominação da penalidade de apreensão;
- (C) é passível de punição, observadas as formalidades legais, em especial o contraditório e a ampla defesa, com a cominação da penalidade de suspensão de até 10 dias;
- (D) é passível de punição, observadas as formalidades legais, em especial o contraditório e a ampla defesa, com a cominação da penalidade de suspensão de até 30 dias;
- (E) é passível de punição, observadas as formalidades legais, em especial o contraditório e a ampla defesa, com a cominação da penalidade de demissão.

**60**

Fábio, Analista Judiciário estável do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, durante suas férias, sofreu grave acidente automobilístico que lhe causou traumatismo craniano, com lesão cerebral. Apesar de não ter ficado incapaz para o serviço público, Fábio está com limitação em sua capacidade mental, conforme verificado em inspeção médica. Com base nas formas de provimento de cargo público previstas na Lei Complementar nº 68/1992, o servidor será:

- (A) exonerado, porque o acidente não ocorreu no efetivo exercício ou em razão da função pública;
- (B) demitido, porque o acidente não ocorreu no efetivo exercício ou em razão da função pública;
- (C) reintegrado, após receber alta médica, no mesmo cargo anteriormente ocupado, com ressarcimento de todas as vantagens;
- (D) reconduzido em cargo de escolaridade e remuneração similares ou superiores às de seu cargo anterior;
- (E) readaptado em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que sofreu.

**61**

Em relação aos adicionais previstos na Lei Complementar nº 568/2010, que dispõe sobre a carreira dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia, é correto afirmar que:

- (A) o adicional de qualificação funcional é destinado aos servidores em razão de conhecimentos adicionais adquiridos em cursos de capacitação, aperfeiçoamento, extensão e especialização, até o limite de 50% do vencimento mais elevado da categoria funcional;
- (B) o adicional de produtividade é devido a todos os servidores que comprovarem, mediante relatório de avaliação periódica, eficiência no exercício de suas funções acima do ordinário, até o limite de 50% do vencimento mais elevado da categoria funcional;
- (C) o adicional de incentivo é devido ao servidor que completar 10 anos de serviço exclusivo ao Poder Judiciário de Rondônia ou 15 anos de cargo efetivo no serviço público estadual de Rondônia, 5 dos quais em efetivo exercício no Judiciário de Rondônia;
- (D) os adicionais de qualificação profissional, de incentivo e de produtividade não são devidos ao servidor em gozo de férias e licenças remuneradas e no abono natalino, bem como àquele condenado em processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 5 anos após a condenação definitiva;
- (E) os adicionais de qualificação profissional, de incentivo e de produtividade continuam sendo devidos ao servidor integrante da carreira jurídica que já fazia jus aos benefícios, no período em que estiver cedido a outro órgão público, em respeito ao princípio da isonomia.

**62**

De acordo com o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado de Rondônia, ao Conselho da Magistratura compete:

- (A) exercer a superior inspeção da Magistratura e a disciplina dos serviços da Justiça de primeiro grau;
- (B) indicar o juiz Diretor do Fórum para período de dois anos, admitida uma recondução;
- (C) decidir, em sessão reservada, sobre o acesso de Juiz de Direito ao Tribunal de Justiça e a promoção, de entrância para entrância, pelo critério de antiguidade;
- (D) propor ao Poder Legislativo a elevação do número dos membros do Tribunal, a criação e extinção de cargos e a fixação de seus vencimentos;
- (E) conhecer e examinar a prestação de contas da Presidência, bem como exercer atividade disciplinar dos serviços da Justiça de segundo grau.

**63**

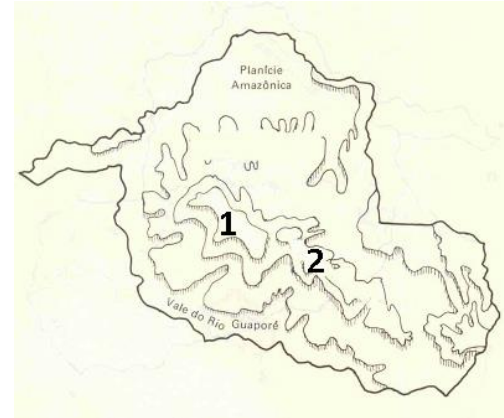
Conforme estabelece a Lei Complementar nº 68/1992, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Rondônia, ao servidor é proibido:

- (A) ausentar-se do serviço durante o expediente, ainda que haja prévia autorização do chefe imediato;
- (B) opor resistência justificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviços;
- (C) retirar, ainda que haja prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- (D) participar, na qualidade de acionista ou cotista, de sociedade empresária privada;
- (E) aliciar subordinados no sentido de filiar-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político.

## Geografia e História de Rondônia

**64**

A ideia de que “a Amazônia é uma grande planície, ocupada por uma floresta tropical úmida, impenetrável” é um dos muitos mitos relacionados à região.



(Disponível em <http://historiacacoal.blogspot.com.br/2011/03/relevo-ro.html>)

Em Rondônia, o exemplo que contradiz a afirmativa é a existência das unidades geomorfológicas numeradas no mapa a seguir, que correspondem, respectivamente:

- (A) à Chapada dos Parecis e à Serra do Cachimbo;
- (B) à Serra dos Pacaás Novos e ao Planalto Rebaixado da Amazônia;
- (C) ao Planalto Residual do Guaporé e à Chapada dos Parecis;
- (D) à Serra dos Pacaás Novos e à Chapada dos Parecis;
- (E) à Serra do Cachimbo e à Serra dos Pacaás Novos.

**65**

A partir do século XX, diversos governos brasileiros determinaram a execução de uma política de ocupação e exploração da Região Amazônica. O período varguista (1930/1945) e o Regime Militar (1964/1985) foram dois desses períodos com projetos audaciosos de integração da região amazônica ao restante do país. Dentre as consequências desse processo, percebe-se a deterioração da região norte em função de vários aspectos, sendo um dos mais importantes:

- (A) a falta de um equilíbrio entre os projetos de exploração da região amazônica e a preservação da região;
- (B) a opção prioritária pelos projetos ferroviários para interligar a região;
- (C) o monopólio do capital estrangeiro sobre a exploração da região amazônica;
- (D) o interesse exclusivo no desenvolvimento do transporte naval na região;
- (E) a exclusividade dada ao capital externo na exploração da atividade mineradora.

**66**

“Tratado de permuta de territórios e outras compensações entre o Brasil e a Bolívia assinado na cidade de Petrópolis em 17 de novembro de 1903, aprovado pelo Congresso Nacional em 12 de fevereiro de 1904, sancionado pelo presidente Rodrigues Alves em decreto de 18 de fevereiro, com troca mútua de ratificações em 10 de março, pelo qual se estabeleceram os limites entre Brasil e Bolívia e a incorporação definitiva do Acre ao território nacional.” (Disponível em [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbete\\_s/primeira-republica/TRATADO%20DE%20PETR%C3%93POLIS.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbete_s/primeira-republica/TRATADO%20DE%20PETR%C3%93POLIS.pdf))

O tratado descrito no texto e a principal razão para sua sanção por parte do governo brasileiro são, respectivamente:

- (A) Tratado de Madri - expansão do território nacional;
- (B) Tratado de Petrópolis - interesse em explorar as seringueiras no território anexado;
- (C) Tratado de Ayacucho - riquezas minerais descobertas no território acreano;
- (D) Tratado de Petrópolis - alto valor indenizatório a ser pago pelo governo boliviano;
- (E) Tratado de Ayacucho - construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

**67**

O processo de construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré pode ser comparada a de um livro de aventura tanto são os personagens envolvidos e as reviravoltas no processo de construção. A obra deixou um rastro de mortes, dificuldades na execução e gasto excessivo de recursos. Apesar de tudo, a ferrovia foi inaugurada em abril de 1912. A construção da ferrovia foi viabilizada principalmente pelo(a):

- (A) capital privado nacional oriundo das oligarquias da região;
- (B) presença do capital privado nacional através do Barão de Mauá;
- (C) presença do capital externo norte-americano na execução da construção da obra;
- (D) financiamento concedido pelo governo brasileiro através do Banco da Amazônia;
- (E) esforço da população que encampou forte campanha para arrecadação de fundos.

**68**

O uso da floresta úmida para agricultura, normalmente envolvendo desmatamento, altera radicalmente as características ecológicas, tais como a vegetação, solos, ciclos de nutrientes e diversidade de espécies. Padrões míopes de uso da floresta úmida têm levantado preocupações amplamente compartilhadas. É importante examinar algumas dessas preocupações, incluindo alguns desses equívocos populares a respeito das consequências ambientais, para que se possa avaliar a agricultura pioneira em termos de seu custo ambiental e chances de sustentabilidade a longo prazo.”

(FEARNSIDE, Philip. A floresta úmida tropical como um ecossistema. Disponível em <http://philip.inpa.gov.br/>)

Um dos problemas ambientais decorrentes das alterações sobre o ambiente natural em destaque é:

- (A) a perda de fertilidade do solo em razão da redução da serapilheira;
- (B) maior formação dos rios voadores, responsáveis por chuvas no centro-sul brasileiro;
- (C) o aumento da erosão superficial decorrente da redução do processo de lixiviação do solo;
- (D) a maior atuação da massa tropical continental sobre a região, aumentando as estiagens;
- (E) a redução da amplitude térmica anual, com maior ocorrência do fenômeno da friagem.

**69**

Em função da participação do Brasil na II Guerra Mundial (1939/1945), ocorreu uma segunda corrente migratória para a região amazônica a fim de aumentar a oferta de mão de obra para a exploração da borracha. Estima-se o número de seringueiros que chegaram a região em 34.000 pessoas só no ano de 1942.

Em relação a tal processo de migração, é correto afirmar que:

- (A) a presença de população do sul do país foi a característica principal nesse processo;
- (B) a presença de retirantes nordestinos foi a tônica desse processo;
- (C) a presença da população sem-terra da região centro-oeste foi majoritária nesse processo;
- (D) a presença da população açoriana de Santa Catarina foi a mais importante nesse processo;
- (E) a presença exclusiva da população paulista foi fundamental para o desenvolvimento desse processo.



**70**

O processo de formação socioespacial de Rondônia é deflagrado, seguindo padrões de ocupação vinculados à exploração de suas reservas naturais e guiado por intervenções governamentais que condicionam as instituições locais, moldando o modo como seu espaço se organiza. (NASCIMENTO, Claudia. A formação do espaço de Rondônia: uma análise do zoneamento socioecológico econômico e do uso e cobertura da terra.)

Como forma de tentar solucionar os problemas ambientais existentes, surgiram projetos que nortearam o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Rondônia. A respeito desses principais projetos, analise as afirmativas a seguir:

I - O POLONOROESTE foi criado em 1981 e teve a intenção de melhorar a integração da região aos centros já modernizados do sul, além de uma estratégia de proteção ambiental e de preservação das comunidades indígenas e extrativistas.

II – O PLANAFLORO (Projeto Agropecuário e Florestal de Rondônia) surgiu em 1986 e teve como objetivo geral implantar uma abordagem mais aperfeiçoada para o manejo, a conservação e o desenvolvimento dos recursos naturais do Estado.

III - O Programa Amazônia Sustentável (PAS), lançado em 2008, tem como principal objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, o uso e a proteção dos recursos naturais e foi muito criticado por não relacionar as comunidades tradicionais – indígenas, quilombolas ou ribeirinhas e o conhecimento que possuem da região.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente II;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) todas as afirmativas.

**Discursiva****1**

Desde a publicação da Portaria MF nº 184/2008, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e das primeiras edições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, publicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, a administração pública brasileira tem dado passos em direção à convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS).

Porém a concretização do processo de convergência não constitui uma tarefa trivial, considerando as especificidades das entidades do setor público no Brasil. Nesse processo há desafios de natureza legal, institucional, econômica e até mesmo cultural.

a - Contextualize o processo de convergência das práticas contábeis da administração pública brasileira com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;

b - Aponte de forma integrada os desafios de natureza legal, institucional, econômica e até mesmo cultural inerentes ao processo de convergência;

c - Relacione as alterações nas práticas contábeis com as implicações nos indicadores para acompanhamento da responsabilidade na gestão fiscal por entes públicos no Brasil.

Responda a questão em, no máximo, 60 (sessenta) linhas.

**Redação**

O texto 1 da prova objetiva nos fala do sucesso de uma empresa, que surgiu a partir da criatividade e conhecimento de um jovem estudante. Nos dias atuais, a tarefa educativa parece distanciar-se de um projeto puramente cultural de conhecer, dirigindo-se preferencialmente ao fazer de forma inovadora.

Certamente você, como muitos outros, já teve uma ideia criativa para a solução de algum problema que incomoda os brasileiros (ou parte deles).

Exponha sua ideia, esclarecendo o porquê de sua criação ou sugestão, apoiando-a em argumentos convincentes, por meio da elaboração de um texto dissertativo-argumentativo, com um número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas, em linguagem culta, sobre o tema acima.

# RASCUNHO

# RASCUNHO

# RASCUNHO

# RASCUNHO

# RASCUNHO

# RASCUNHO

Realização

 **FGV PROJETOS**